

**GÊNESIS 1:12 E A NATURALIZAÇÃO DA (RE)PRODUÇÃO NO
CANIBALISMO INSTITUCIONALIZADO EM SABOROSO CADÁVER (2022),
DE AGUSTINA BAZTERRICA**

**GENESIS 1:12 AND THE NATURALIZATION OF (RE)PRODUCTION IN THE
INSTITUTIONALIZED CANNIBALISM CONTEXT OF TENDER IS THE
FLESH (2022) BY AGUSTINA BAZTERRICA**

Yasmine Sthéfane Louro da Silva¹

UEMA/UFPI

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo identificar como a política sexual da carne estigmatiza os corpos femininos dominados sob a conjuntura do canibalismo institucionalizado, conforme visto em *Saboroso Cadáver* (2022), de Agustina Bazterrica. Como fundamentação teórica, recorreremos aos estudos de Marx (2017), sobre o fetichismo de mercadoria; e Adams (2018), sobre a política sexual da carne, teoria que correlaciona o consumo de proteína animal com a estrutura patriarcal dominante. Como resultados, apresentamos os métodos de controle sobre o corpo feminino na obra, criados pelos frigoríficos para preservar o domínio sobre aquela força produtiva específica. Como considerações finais, apontamos que as mulheres são as principais vítimas do regime canibal, pois (re)produzem inúmeros subprodutos, desde sangue até outros não-humanos que são consumidos, e são elas mesmas consideradas produtos, mas tão subalternizados que são tratadas como carne inferior depois dos múltiplos ciclos de gestação.

Palavras-chave: Canibalismo institucionalizado; Distopia; (Re)produção; Gênero; Classe.

Abstract: The present essay aims to identify how the sexual politics of meat stigmatize female bodies dominated by the context of the institutionalized cannibalism as seen in *Tender is the Flesh* (2022) by Agustina Bazterrica. As theoretical foundation, regarding commodity fetishism, we based our analysis on the research of Marx (2017); and Adams' (2018) sexual politics of meat, theory which the author correlates animal's protein diet and the dominant patriarchal structure. As results, we present the control methods against the female bodies as seen in the selected work, created by the slaughterhouse to maintain its power upon that specific female productive strength. As conclusions, we point that women are the main victims of the cannibalistic context, because they (re)produce numerous by-products, from blood to other non-human entities to be consumed, and they are themselves treated as products, so deeply subjugated that they are considered as inferior meat after many pregnancy cycles.

Keywords: Institutionalized Cannibalism; Dystopia; (Re)production; Gender; Class.

Submetido em 1 de janeiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

¹ Atua como Professora Assistente I na Universidade Estadual do Maranhão desde 2025. Doutoranda em Letras, com concentração em Literatura, com linha de pesquisa em Literatura, cultura e sociedade, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Mestre em Letras, com linha de pesquisa em Teoria, Crítica e Comparatismo, pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Especialista em Literatura em Língua Inglesa pela Faculdade de Educação São Luís. Especialista em Ensino de Língua e Literatura pelo Instituto Federal de São Paulo - IFSP. Graduada em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. É coordenadora do Grupo de Pesquisa em Língua Inglesa e Literaturas, o GPLIN/UEMA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguística Aplicada e Literaturas Anglófonas da UEMASUL, O GEPLALA.

Introdução

E a terra produziu erva, erva dando semente conforme a sua espécie e árvore frutífera, cuja semente está nela conforme a sua espécie. E viu Deus que era bom.
(Gênesis 1:12)

Em *Saboroso Cadáver* (2022), o leitor é introduzido aos procedimentos que envolvem a criação e o abate das chamadas “cabeças” — seres humanos sem direitos políticos e civis, que são produzidos em massa com o único propósito de alimentar a classe média dominante, que podem pagar pelo valor abusivo cobrado pela carne destes. Nessa conjuntura, o veganismo não é bem-visto, seguido ou desejado, levando em consideração a reconstrução da memória de um povo que não viu apenas os seus hábitos alimentares, como também a sua relação com a natureza, mudar drasticamente em razão de uma suposta ameaça biológica.

Não é uma coincidência que o termo que define a prática do consumo da carne intraespécie se chame “canibalismo”. A palavra possui uma raiz próxima de, claro, *capital*. De acordo com Brown (2013, p. 7), “Marx imaginou o capitalismo como o canibalismo para enfatizar a irracionalidade do sistema que devora a si mesmo”². Canibal, capital... Paradoxalmente, embora ambos tratem do consumo em sua forma mais selvagem, também funcionam como estratégias de controle utilizadas por um sistema fascista para dominar subjetividades frágeis e suscetíveis à manipulação. Não faremos acepção de classe social nesse momento, pois o advento do canibalismo na obra modificou para sempre a relação desses indivíduos consigo próprios, com a comida, com os animais e, principalmente, com os outros seres humanos.

Como vai ser discutido profundamente posteriormente, os responsáveis por decidir as estruturas da Ditadura Canibal, ou como chamamos o regime totalitário implantado pelos frigoríficos, em conluio com o Estado, na Argentina futurista, pós-epidêmica, vivida por Marcos, são os primeiros. Os frigoríficos, então, são tratados como instrumentos decisivos na construção dos rituais que reestruturaram tal sociedade, por

² “Cannibalism is a forceful reminder of how the human appetite is a life-driving force and is the ultimate transgression of cultural mores” (tradução nossa).

terem sido eles a escolherem o momento de Transição e determinaram o canibalismo em definitivo, quando passaram a oferecer a carne humana como produto e “solução” para o problema. O “problema”, em si, é uma epidemia que torna a carne animal imprópria para consumo humano, impossibilitando o seu comércio.

Nessa instância de reestruturação social, as primeiras a serem subalternizadas são as mulheres. Conforme Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1949) “nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Como uma forma de solucionar o dilema moral sobre a alimentação da população, os corpos femininos foram ativamente roubados pelo Estado e sobre eles foi instaurado o maior dos controles reprodutivos, que passou a estabelecer a maternidade como compulsória e obrigatória para todas as mulheres férteis, as “cabeças fêmeas”, enquadradas na nomenclatura de “não-humanas” — designação essa que simplesmente não existe na narrativa, mas que passa a existir na sua ausência. Como será posteriormente aprofundado, aqueles que detêm a linguagem canibal se negam a intitular os dominados com qualquer referência à inegável humanidade destes. Ainda com o prefixo “não”, atribuir a palavra “humano” para alguém que estaria destinado a se tornar alimento não é visto como digno o suficiente. Animalizá-los é a única alternativa para que continuem a ser tratados como produtos.

Dessa forma, essas mulheres, que passam toda uma vida, ainda que curta, restritas dentro de jaulas e são submetidas a estupros contínuos até que engravidam, são as responsáveis pela produção não-consensual de subprodutos, os fetos, que dão origem a outros subprodutos, como é o caso do “sangue especial” e do “leite especial”, especificamente obtidos no período gestacional. Além de, claro, o próximo bebê a se tornar produto. Para esse processo, utilizamos a designação de *(re)produção*: o prefixo *(re)* trata-se da implicação da repetição no processo de produção ao qual a mulher, tratada como uma matriz, dá continuidade. Nessa conjuntura de industrialização biológica, a mulher é a fábrica e o último produto final, ao mesmo tempo. Destaca-se aqui, no entanto, que os subprodutos mencionados são muito mais valiosos para o mercado canibal do que o produto final, o bebê. Como uma prova do desprendimento dos criadouros com a continuidade gestacional, estão as descrições dos procedimentos para extração de “sangue especial” das grávidas, que acarreta no aborto espontâneo na maior parte das vezes.

Embora o romance evidencie de forma contundente a exploração reprodutiva dos corpos femininos, é necessário reconhecer que o sistema canibal instaurado em Saboroso

Cadáver (2022) opera por meio da submissão generalizada de corpos animalizados, independentemente de gênero. Os corpos masculinos, embora não destinados à gestação, são igualmente instrumentalizados por meio da extração compulsória de sêmen, da submissão a práticas de amansamento sexual e do abate sistemático. O que se observa, portanto, não é uma hierarquização moral da violência, mas uma divisão funcional de papéis dentro de um regime biopolítico totalizante.

Ao mobilizar *Gênesis 1:12* como eixo simbólico, este artigo não propõe uma leitura teológica do texto bíblico, mas uma interpretação discursiva de seu efeito de naturalização. Ao afirmar que a terra “produz segundo a sua espécie”, o versículo institui uma lógica de reprodução automática e normativa, na qual a vida se reproduz como evidência natural, isenta de questionamento histórico ou ético. Conforme Marx (2017, p. 641), “assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir”. Assim, o versículo, de certa forma, corrobora a compulsão capitalista sobre a reprodução na vida cotidiana, na qual depende-se da perpetuação da espécie para a sobrevivência. Essa mesma lógica opera em *Saboroso Cadáver* (2022), onde a reprodução compulsória dos corpos animalizados é apresentada como condição necessária para a manutenção da ordem social e econômica. Esse paralelismo permite compreender como a violência institucionalizada se legitima por meio da naturalização da vida enquanto recurso produtivo, convertendo corpos em matéria administrável e a reprodução em tecnologia de poder.

Por isso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar como *Saboroso Cadáver* (2022) representa a reprodução compulsória como mecanismo de sustentação do canibalismo institucionalizado, articulando corpo, biopolítica e fetichização da vida. Como objetivos específicos, examinamos a função simbólica da reprodução no sistema canibal; analisamos a animalização de corpos femininos e masculinos; investigar a naturalização da violência como processo ideológico; avaliamos os limites da leitura exclusivamente feminista do romance. Para isso, utilizamos a definição de Hansen (2006, p. 7), que define alegoria como “uma metáfora continuada como tropo do pensamento”. Norteamos as análises a partir dos estudos de Adams (2018), no qual a autora define como *política sexual da carne* os mecanismos de controle adotados pelo patriarcado sobre os corpos femininos, assim como sobre os animais, ambos tratados como meramente (re)produtores, produtos disponíveis para o consumo dos homens.

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter hermenêutico-interpretativo, fundamentada na análise literária do texto ficcional enquanto construção discursiva. A investigação concentra-se nos procedimentos narrativos por meio dos quais o romance *Saboroso Cadáver* (2022), de Agustina Bazterrica, representa a institucionalização da violência e a naturalização da reprodução compulsória, articulando tais elementos a um referencial teórico centrado na biopolítica e nos estudos críticos do poder. Os conceitos mobilizados, como biopolítica, objetificação e exploração dos corpos, não são empregados como categorias ilustrativas ou explicativas externas ao texto, mas como operadores analíticos que permitem examinar a organização interna da narrativa, seus regimes de representação e os efeitos de sentido produzidos pela ficção. Nessa perspectiva, a interpretação privilegia a relação entre forma narrativa e produção discursiva, compreendendo a obra literária como um espaço de elaboração crítica das tecnologias de poder que incidem sobre a vida e os corpos. Metodologicamente, a análise orienta-se pela leitura imanente da obra, em diálogo com o referencial teórico selecionado, buscando evidenciar como a narrativa constrói, legitima e, simultaneamente, tensiona dispositivos de controle biopolítico por meio de estratégias simbólicas e discursivas.

Pretendeu-se, portanto, destacar as evidências de resistência feminina no contexto de controle canibal misógino na obra selecionada, assim como apontar como tais mecanismos nada mais são do que alegorias para uma linguagem misógina que segrega as mulheres entre mães e abortistas em potencial no contexto do capitalismo tardio, representadas aqui pelas vozes masculinas, que atuam de forma excludente, e as “não-vozes” das mulheres “maternizadas” pelo canibalismo. Usamos aqui o termo “maternizadas” para denominar o desenvolvimento de laços afetivos entre a mulher engravidada não-consensualmente e o feto. Tal apego resultará em atos de defesa daquela criança, que está se (re)produzindo dentro dela, mas não é sua “propriedade”. Assim, apontamos o problema de pesquisa: De que modo o romance *Saboroso Cadáver* (2022) representa a institucionalização da violência biopolítica por meio da naturalização da reprodução compulsória de corpos animalizados, independentemente de gênero?

Independentemente de tal distinção, a partir da decisão que toda mulher tomará de se tornar ou não uma mãe, nenhuma delas é privilegiada em um contexto de maternidade, seja voluntária ou involuntária, dentro da Ditadura Canibal ou do capitalismo tardio. Parte-se da hipótese de que o romance constrói um sistema de

violência totalizante, no qual tanto mulheres quanto homens animalizados são submetidos a funções específicas de exploração corporal, sendo a maternidade compulsória apenas uma das engrenagens desse regime biopolítico. Como a obra evidencia, a punição é arbitrária nesse sentido: basta que seja mulher para ser passível de punição em razão da maternidade. O enredo sangrento de Bazterrica (2022) enfatiza que apenas um gênero é beneficiado com a gravidez: o masculino, por meio da paternidade, pois dá continuidade ao patriarcado. Marcos Tejo é o grande representante dessa voz masculina dominante, pois demonstra como se dá a replicação das estruturas patriarcais no cotidiano doméstico, quando do seu relacionamento com Jazmín.

Dessa forma, decidimos pela divisão do presente trabalho em duas seções: na primeira, *Consciências (in)docéis: animalidade e gênero sob uma perspectiva feminista-vegetariana*, conceituamos brevemente os estudos selecionados para a fundamentação teórica, como a definição de fetichismo de mercadoria para Marx (2017 [1863]); de política sexual da carne, de Adams (2018); e de antimaternismo, de Iaconelli (2023); na segunda, *As não-especiais: corporeidade feminina e (re)produção em Saboroso Cadáver (2022)*, de Agustina Bazterrica, analisamos a obra em conformidade com os conceitos plurivocáticos bakhtianianos, como forma de evidenciar o duelo de vozes presente na narrativa.

Ressaltamos que, ao utilizar a linguagem canibal que identificam as mulheres geneticamente modificadas como "não-humanas", "cabeças" e "fêmeas", não é uma forma de validação ao domínio exercido por esses homens sobre a linguagem. Pelo contrário, pretendemos enfatizar essa outremização da figura feminina como uma alegoria para as relações de gênero vivenciadas para além da literatura.

1. Consciências (in)docéis: controle do imaginário, animalidade e gênero sob uma perspectiva marxista-vegetariana

Em *O Capital* (2017/1863), no estabelecimento do paralelo entre precificação e valorização, Karl Marx pontua que ambos os conceitos são consequências da observação do comportamento dos consumidores e de seus hábitos de compra, sendo estes resultados da vida humana em uma sociedade capitalista. Vale ressaltar, porém, que a observação de Marx (2017/1863) sobre o conceito de *valor* é ainda mais instintiva, desde que pontua que a tradição humana não atribui “valor” ao que é produzido apenas pelos seus custos

literais de produção, como um “valor real”, mas, ao contrário, pela “ideia de valor” para a cultura vigente, uma valorização imaginária que pode mudar a qualquer momento.

Compreende-se, logo, que a essa “ideia de valor” se atribui ao que posteriormente foi denominado *fetichismo de mercadoria*, a valorização de um produto pela ideia que se tem dele e não por suas qualidades reais. Para Marx (2017, p. 146) “o caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso”. A isso implica que existem inúmeros produtos relativamente parecidos disponíveis para consumo, mas uma ou outra coisa igualmente hipotética condiciona o consumo para uma marca em específico. Ao invés do consumidor decidir pela compra de um celular pelo seu espaço de armazenamento ou capacidade fotográfica, decide-se pela marca que está mais “hypada” nas redes sociais, por exemplo. Ou seja, considera-se um produto (não humano) melhor do que o outro apenas pela “ideia de valor” (humana) que foi agregada a ele.

Em seu livro *Política sexual da carne*, publicado originalmente em 1990, Carol J. Adams aponta as estruturas que relacionam o consumo de carne vermelha com a manutenção do sistema patriarcal. A autora corrobora que “a carne é um símbolo do domínio masculino” (Adams, 2018, p. 79), levando-se em consideração o simbolismo masculino por trás da dominação dos animais e o consumo de suas carnes. Dessa forma, os estudos de Adams (2018) apontam porque o patriarcado, e, conseqüentemente, o capitalismo, precisam do desequilíbrio interespecie para continuarem operando enquanto estruturas dominantes. A alegoria construída por Bazterrica também possibilita estabelecer um diálogo com debates contemporâneos sobre os impactos socioambientais da produção intensiva de carne. Sob essa perspectiva, a narrativa convida o leitor a problematizar práticas de consumo e modelos produtivos que transformam a vida em mercadoria, aproximando-se de discussões éticas sobre o carnismo e de propostas que defendem a redução ou a eliminação do consumo de produtos de origem animal.

O aparente desprendimento dos criadouros em relação aos bebês não-humanos pode ser interpretado como um procedimento alegórico que evidencia a centralidade atribuída não à vida em si, mas à exploração da capacidade reprodutiva das mulheres animalizadas. Considerando os debates contemporâneos sobre a restrição dos direitos reprodutivos em diferentes países ocidentais, a alegoria construída por Bazterrica permite refletir sobre formas de regulação da autonomia corporal. Sob essa perspectiva, a narrativa evidencia como dispositivos jurídicos e políticos podem limitar a

autodeterminação reprodutiva, sobretudo quando legitimados por estruturas historicamente marcadas pelo patriarcado.

A preservação das mulheres grávidas nos criadouros da Ditadura Canibal não decorre do reconhecimento de sua dignidade, mas de seu valor como recurso biológico destinado à reprodução. A narrativa evidencia que sua sobrevivência é condicionada exclusivamente à manutenção da gestação e à maximização de sua capacidade produtiva. Sob essa perspectiva, a alegoria permite estabelecer um diálogo com debates contemporâneos sobre políticas reprodutivas que subordinam a autonomia corporal à proteção jurídica do feto. Estes espaços dominados por homens reforçam as estruturas da maternidade compulsória e do mítico “instinto maternal”, explorados por Iaconelli (2023) como métodos de controle do patriarcado sobre as subjetividades femininas. No contexto canibal, as mães “não-humanas” tentam resistir ao máximo à exploração. Mesmo que estejam contidas em uma jaula, elas se debatem até ocasionar o aborto.

Tendo em vista a recente tendência das baixas taxas de natalidade mundo à fora, observada por pesquisadores, as mulheres já evitam a gravidez ativamente por inúmeras razões. Dentre estas, está o machismo inerente nas relações heterossexuais cis, a ecoansiedade em decorrência das Mudanças Climáticas e as crises econômicas que desestabilizaram o mercado de trabalho, por exemplo. Ou seja, há uma popularização do que Iaconelli (2023) denominou como *antimaternalismo*, a teoria que elucida a distinção entre o estereótipo maternal alienado pelo capitalismo, problematizado como um estigma que divide mulheres entre mães naturais e não-mães, e a maternidade real, invisibilizada pelo capitalismo.

Em *Saboroso Cadáver* (2022), antes do dito “vírus” que maculou em definitivo a carne de qualquer animal para consumo humano, os indivíduos poderiam desenvolver amizades, relações familiares saudáveis e sentimentos fraternais, ao longo de horas de convivência forçada no trabalho, por exemplo. No universo ficcional de *Saboroso Cadáver* (2022), uma possível resposta à lógica que sustenta o consumo de corpos seria a rejeição das práticas “carnistas”. Nesse sentido, o veganismo pode ser compreendido como uma alternativa ética que tensiona a naturalização da violência contra seres transformados em objetos de consumo. Na obra, coincidência ou não, surgiram profundos estudos que indicavam que apenas a proteína vegetal não era o suficiente para manter o ser humano plenamente saudável e satisfeito. De “algum lugar” teria que surgir essa “proteína animal” perfeita e não afetada. Sobre isso, Adams (2018, p. 80, grifo nosso)

aponta que “do mesmo modo como se pensa que uma mulher não pode se defender sozinha, assim também nós pensamos que *os vegetais não podem constituir por si sós uma refeição*”. A ideia mais lógica adotada por esses empresários “degenerados”, portanto, seria a adoção da obrigatoriedade do consumo da carne humana e a pressão pela legalização da dieta por parte do Estado.

Para Brown (2013, p. 4, grifo nosso), “o canibalismo dentro do sistema de códigos é geralmente considerado *antinatural e monstruoso*, pois tal ato viola normas abertamente aceitas no ato de comer”³. Após os ataques canibais iniciais, de pessoas desesperadas e famintas, que foram pressionadas pelas circunstâncias a comer o seu igual, o Estado se viu igualmente “pressionado” a legalizar o canibalismo. Mas não se trata da carne de “qualquer” ser humano. Considera-se abominável o consumo da carne de outro ser humano, a chamada *carne com nome y apelido*. A narrativa faz questão de pontuar que há desenvolvimentos paradoxais nas relações humanas no contexto da Ditadura Canibal.

É imprescindível pontuar que esses indivíduos experienciam as ironias do consumo selvagem não como uma ditadura. Pelo contrário, consideram como se fosse o máximo da liberdade. Se escolhem comer da carne de outra pessoa, o fazem de forma esclarecida e ativa, sem mais maquinações.

Ainda que essa mudança de concepção dependa de uma anuência coletiva por parte da população, não estamos interessados em examinar essa questão no presente trabalho. A prioridade é examinar os métodos de controle já aplicados para dominar não a população docilizada e anuente, os “humanos”, mas o “produto” que resiste e luta, representado pelas “fêmeas prenhes”, mulheres grávidas, que estão mais determinadas em sobreviver por conta da gravidez. Para analisar o processo de instauração da Ditadura Canibal, precisaríamos correlacionar uma série de elementos primordiais anteriores, que serão privilegiados em uma pesquisa posterior.

Entre essas mudanças “inexpugnáveis” impostas pela Ditadura Canibal, está o ato de renomear o que já existe, como uma forma de agregar outros valores sobre definições anteriores, que são suprimidas do imaginário daqueles que são dominados. A linguagem, logo, é recodificada para melhor atender à Ditadura Canibal e o apoio coletivo é representado pela criação de termos que higienizam práticas “não-usuais” fora do regime

³ “Cannibalism within this system of codes, is generally deemed unnatural and monstrous because it disregards widely accepted norms of eating practices” (tradução nossa).

distópico instaurado pelo Estado totalitário e fascista⁴. Então, essas novas designações determinam os novos hábitos sociais, que são reestruturados pelas corporações que verdadeiramente governam o país. A representação desse poder invisível na obra é majoritariamente a cargo dos frigoríficos, que controlam o que é vendido e o que não é, assim como o que é proibido e o que não é, determinando, conseqüentemente, quais palavras que são permitidas e quais não o são.

Assim como o questionamento sobre quem veio primeiro, “o ovo ou a galinha”, questiona-se também quem foi o primeiro dos “não-humanos”, que originaram as castas de “Primeira Geração Pura”⁵ e “carne *premium*”⁶, comercializadas na narrativa. Assim se chamam os seres humanos modificados geneticamente para ressaltar ou diminuir características corporais que exaltem as suas supostas “qualidades gastronômicas”, planejados desde o início para um futuro abate. Tais “experimentos” nada mais são do que procedimentos eugênicos que foram legalizados e abertamente incentivados naquele país em específico. A narrativa aponta que esses “não-humanos” são categorizados assim exclusivamente na Argentina Canibal. Compreende-se, ao longo da obra, que outros países não aderem a essa distinção que, conseqüentemente, produz uma nova classe de pessoas subalternizadas.

Entende-se, nesse contexto, que as relações com os animais ajudavam no estabelecimento da empatia interespecie, como também na simbologia característica do apoio às questões climáticas, funcionando como um incentivo discursivo nas práticas ecologicamente corretas; na preocupação com a devolutiva do lixo produzido para a

⁴ “Do ponto de vista do seu conteúdo, o fascismo é a forma mais reaccionária, abertamente terrorista, da ditadura do capital financeiro. Esta ditadura é evidentemente instaurada pela burguesia imperialista para prolongar o seu domínio. O recurso ao fascismo prova que a alta burguesia já não confia muito no conservar o poder político através da utilização dos meios burgueses ordinários — isto é, através dos meios da democracia parlamentar. Precisamente por isso o fascismo foge ao diálogo e à polémica com as forças adversas e antes as reprime pela força no domínio ideológico conduzindo ao mais negro obscurantismo. Ele significa irracionalidade, chauvinismo, racismo extremo. A unidade da teoria fascista reside na violência das suas soluções (fascismo significa interdição de liberdades cívicas, quase eliminação dos direitos dos trabalhadores, combate às organizações intelectuais progressistas), por outro lado o fascismo tem apresentado, do ponto de vista nacional, várias formas específicas de organização. As mais conhecidas foram a italiana, o nacional-socialismo alemão, o franquismo espanhol, o corporativismo português.” MARXISTS.ORG. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/tematica/fascismo.htm> >. Acesso em: 22 jul. 26.

⁵ Conforme explicitado no próprio nome, essa é a primeira geração amadurecida “naturalmente”, ou seja, não foram geneticamente modificados para ter o seu crescimento acelerado. Contudo, ainda são geneticamente modificados para enfatizar outras características físicas.

⁶ Carne comumente consumida pela classe média canibal. Tem como característica o desenvolvimento acelerado, resultado de modificações genéticas.

natureza; na problematização da violência contra os animais, por exemplo. Quando se pensa na proteção da natureza como uma necessidade para a preservação do meio ambiente, trata-se da oportunidade de a humanidade reconsiderar os seus hábitos coletivos, inclusive, e, principalmente, o seu modelo econômico vigente, o capitalismo.

Não é uma coincidência que se instaure uma ditadura “canibal” na Argentina fictícia. Como já esclarecido, o termo não é parecido com “capital” por questões meramente filológicas. Benjamin (2013/2002) já correlacionava a relação de escravidão dos indivíduos para com o capitalismo, definindo-o como uma “servidão coletiva”. Nessa perspectiva, o canibalismo pode ser interpretado como uma alegoria do capitalismo, na medida em que transforma o consumo do outro no princípio organizador da vida social. A imagem da “carne comendo carne” (Bazterrica, 2022, p. 27) sintetiza esse processo ao representar uma lógica em que os próprios sujeitos são convertidos em mercadoria e consumidos pelo sistema que sustentam. Costa Lima (2009) define como *controle do imaginário* essa servidão passiva às regras sociais implícitas. No caso da Ditadura Canibal, um contexto abertamente distópico, de estado de exceção, tal controle é necessário para o estabelecimento do que é proibido; para realizar a distinção do que é “humano” e do que não é; para fazer a aceção entre “produto” e “consumidor”.

Dessa forma, o “dilema moral” foi facilmente resolvido com a decisão pela legalização do canibalismo. Como mencionado, as autoridades precisaram conter alguns ataques canibais isolados, por parte de pessoas “enlouquecidas” pela abstinência da proteína animal. Decidiu-se, portanto, que o canibalismo “terminaria” ali. Isso porque os laboratórios privados eugenistas já estavam desenvolvendo a solução para tal dilema: a partir da criação de seres humanos geneticamente modificados, designou-se que estes seriam chamados “cabeças” e que a estas nunca seria designado a palavra “humano”, nem mesmo para mencioná-las corriqueiramente, nem mesmo para reconhecê-las enquanto “não-humanas”. Afinal, identificou-se que, para que fossem consideradas produtos em sua integralidade, precisariam ser completamente animalizadas.

Essa animalidade, ainda que atinja ambos os sexos, marca as fêmeas de uma maneira peculiar. Os “cabeças machos” que são produzidos, “homens não-humanos”, são direcionados para o consumo, para a caça. Já as mulheres são multiplicadas com o intuito de reproduzir. As gestações, no entanto, não dependem de nenhuma relação sexual humana, desde que as fêmeas são fertilizadas diretamente por ampolas de

espermatozoides melhorados. Os estupros contínuos por machos chamados de “Rufião” são justificados para “amansar” as mulheres antes da fecundação.

Ao perceberem que as fêmeas “vez ou outra” tomam uma “súbita consciência” sobre o seu destino e começam por se debater em suas jaulas até ocasionar o aborto, os criadouros adotaram a prática da amputação dos membros de tais fêmeas, obrigando-as a permanecerem imóveis, presas em cima de catres, que as impossibilite de tentar um novo aborto até o fim de uma nova gravidez resultante de estupro.

Esse aborto espontâneo causado por essas mulheres é uma representação do conceito de *antimaternalismo* criado por Vera Iaconelli em *Manifesto antimaternalista*, de 2023, tendo em vista que é a resistência a uma cultura que reduz essas mulheres aos seus sistemas reprodutores. Nesse contexto, as gestações foram forçadas a essas mulheres e elas são divididas em dois grupos: aquelas mulheres que reconhecem a maternidade e tentam proteger os filhos, que são punidas; e aquelas que se entregam “passivamente” ao sistema e são consumidas. De qualquer forma, ambas mulheres são objetificadas e transformadas em produtos em razão de uma característica biológica que não podem mudar. De forma paradoxal, as mulheres que se reconhecem enquanto mães são as que resistem ao controle do imaginário imposto pelo sistema, independentemente se resulta em uma mudança significativa em tal sistema ou não. O prejuízo já é o suficiente e a resistência, representada pelo aborto, é a prova de que discordam.

2. As não-especiais: corporeidade feminina e (re)produção em *Saboroso Cadáver* (2022), de Agustina Bazterrica

É relevante salientar que o trabalho de análise se debruça, principalmente, sobre os capítulos que descrevem a visita de Marcos Tejo ao criadouro de Tod Voldeling, conhecido na obra pela alcunha de “Gringo”. Tal visita nada mais é que uma forma da narrativa apresentar os métodos de controle utilizados pela Ditadura Canibal sobre os corpos das mulheres animalizadas, a fim de explorá-las em sua força (re)produtiva. Pretendemos, assim, identificar a voz masculina dominante, que aprecia os métodos violentos aplicados contra as mulheres animalizadas e os replica sem titubear; e ressaltar a voz feminina silenciada, que coexiste nesse espaço dialógico como uma “não-voz”, pelo silêncio verbal presente na narrativa. Para isso, é imprescindível apontar os atos de resistência feminina nessa conjuntura dominada.

No contexto da Ditadura Canibal, a aplicabilidade do conceito de *(re)produção* é simples: a mulher é tratada como uma matriz, um original, da qual se extrai vários subprodutos, que são partes dela em decorrência dessa gravidez. O prefixo “(re)” é para enfatizar a ideia de repetição; e o sufixo “produção” é para comparar a gestação ao processo de industrialização em massa, como se o corpo da mulher fosse realmente essa fábrica “disponível” para o controle dos canibais e não uma vítima do estado de exceção instaurado. Tendo em vista os eufemismos linguísticos utilizados pelos canibais para disfarçar o horror dos seus hábitos, nada mais justo do que explicitar, a partir de um termo, o método de exploração e controle desenvolvido por eles sobre o corpo feminino.

Antes de nos aprofundarmos sobre a visita ao criadouro do Gringo, é vital que elucidemos quem é Marcos Tejo. Chamado de “braço direito” pelo sr. Urami, o dono de um dos maiores frigoríficos da Argentina, Marcos Tejo é o protagonista da obra. É imprescindível destacar a qualidade “não-confiável” na narração de Marcos, tendo em vista que é um personagem deveras importante no contexto canibal, mas um leitor mais desatento pode considerá-lo apenas outra “vítima do sistema”. Sendo assim, não seria exagero apontar que Marcos tem um talento de diminuir ao máximo situações problemáticas ou, no mínimo, chocantes, com um estilo de prosa seco e minimalista, com poucos detalhes. Essa carência de aprofundamento é uma demonstração do próprio desinteresse de Marcos aos absurdos que testemunha. Para ele, é outro dia comum.

Assim como existem homens que negam o seu privilégio dentro de uma conjuntura patriarcal, Marcos nega o seu privilégio dentro do contexto canibal. Há um tom levemente alarmista nas suas ações relativamente inócuas, que ele considera transgressoras, contra o sistema. De uma forma geral, contudo, Marcos não apenas se comporta de acordo com as regras estabelecidas pela Ditadura Canibal, como colabora abertamente em atos em prol de sua manutenção. O que contribui para a impressão de que “discorda” do que testemunha é o forte apego às lembranças do filho falecido. Essa ausência é poderosa na vida de Marcos, porque o seu sonho de consumo era desempenhar o papel de “pai”. E, sem um filho, um homem não pode ser “pai”. Além da sua negativa em consumir da carne humana oferecida a ele algumas vezes, a paternidade negada é um dos elementos determinantes na narrativa.

Podemos apontar a visita ao criadouro do Gringo como um evento elementar para a narrativa, pois foi ali que Marcos “reviu” todos os mecanismos que viria a utilizar com a sua própria “cabeça fêmea”, posteriormente nomeada por ele como Jazmín. Apontamos

que Marcos os “reviu”, porque o chamado “itinerário da carne”⁷ já foi realizado anteriormente por ele. Entende-se, logo, que ele já está familiarizado com o processo. Quem desconhece os horrores que se desenvolvem dentro de um criadouro é o *leitor*, a quem o espaço é introduzido pela primeira vez. Como um contraponto ao ceticismo de Marcos, a narrativa coloca Egmont, chamado continuamente de “Alemão”, por ser essa a sua nacionalidade. É evidente que Marcos se utiliza essa alcunha para ridicularizá-lo, também. Marcos o despreza desde o primeiro olhar e o Gringo passará a desprezá-lo também, como se vê a seguir:

O alemão olha para o rufião em silêncio. Para que em seu olhar há *inveja ou admiração*. Ri e diz: ‘*que vida boa a dele*’. O Gringo olha para o alemão e ri, dissimulando uma *mescla de nojo e irritação*. Ele vê como vão surgindo perguntas que se acumulam no cérebro do Gringo: como pode se comparar a uma cabeça? *Como pode desejar isto, ser um animal?* Depois de um *longo e incômodo silêncio*, o Gringo responde: ‘É por pouco tempo; quando não servir mais, o rufião também vai para o frigorífico (Bazterrica, 2022, p. 28, grifo nosso).

O Alemão inveja a vida do Rufião, assim como certas pessoas “invejam” a vida “pacata” e “hedonista” dos animais, que apenas comem e dormem. No caso específico do Rufião, no entanto, é o seu acesso irrestrito ao corpo feminino vulnerável, ainda que animalizado, mas sem o objetivo de procriação, que é invejado. São poucos os animais que têm relação sexual entre si puramente por prazer ao ato, e, mesmo no caso do Rufião, a cópula é apenas uma simulação da reprodução pretendida, levando-se em consideração que o Rufião sofreu uma vasectomia que o impossibilita de fecundar alguma das fêmeas que estupra quando estão férteis. O Gringo explica como acontece:

Explica que a inseminação artificial é fundamental para evitar doenças, permitindo a produção de lotes mais homogêneos para os frigoríficos, dentre muitos outros benefícios. O gringo pisca para o alemão e conclui: o investimento só vale se forem manipuladas mais de cem cabeças, porque a manutenção e a equipe especializada são caras. O alemão fala através do aparelho e pergunta para que usam o rufião então, se não são porcos nem cavalos, *são humanos*; mas também pergunta por que o rufião cobre as fêmeas, não deveria, pois é pouco higiênico. O Gringo ri, um pouco incomodado. *Ninguém os chama de humanos, não aqui, não onde é proibido* (Bazterrica, 2022, p. 27-28)

⁷ Percurso em que Marcos visita vários criadouros da região, para assegurar a qualidade do produto final, finalizado com uma ida ao laboratório eugenista no qual os “especialistas” desenvolvem mutações genéticas com humanos.

O “Gringo”, como é chamado o dono do criadouro onde Marcos vai vistoriar, não consegue conter a repugnância ante a descoberta do desejo óbvio que consome o outro cliente, o “Alemão”. Isso porque a Argentina Distópica construída na obra faz uma plena distinção identitária sobre aquelas pessoas encarceradas sem razão ou justificativa, comercializadas sem uma segunda reflexão, e aqueles considerados “seres humanos”. Mas a divisão é também entre “produtos” e “consumidores”. Essas pessoas estão pré-determinadas a integrar apenas uma das castas até o dia de sua morte, sem nenhuma chance de mobilidade social para aqueles estigmatizados como “produtos”, mas um “consumidor” pode sempre mudar.

Portanto, enquanto o Alemão ainda considera aqueles sujeitos, diminuídos a uma categoria de não-humanos pelo Estado, como “humanos”, o Gringo passa a considera-lo uma “criatura abominável”, transferindo a repugnância que sente pelos “não-humanos” para aquele que agora vê como inumano, anormal: Egmont. Assim como a zoofilia é condenada e criminalizada, os relacionamentos entre um “não-humano” e um humano não são apenas desestimulados, como abertamente combatidos, como exploraremos mais adiante. A compreensão de tal distinção é posteriormente resgatada pelo enredo.

Além da violência gráfica inerente ao ato de engravidar uma mulher contra a sua vontade, a obra explora outras possibilidades de diálogo da dupla exploração feminina, tanto por gênero quanto por classe, nesse contexto capitalista. No caso, o Gringo menciona um procedimento extra realizado em cabeças fêmeas grávidas: a extração de bolsas de sangue para posterior comercialização. Como consequência do método invasivo adotado pelo criadouro, as fêmeas normalmente são vítimas de abortos espontâneos pouco depois de realizado o procedimento, em decorrência de uma anemia profunda, como se vê a seguir:

Explica a Egmont que está exportando sangue de um lote especial de fêmeas prenhes. Esclarece que esse sangue tem propriedades especiais. Ele lê, em letras grandes e vermelhas, que o procedimento reduz a quantidade de horas improdutivas da mercadoria. Pensa: mercadoria, outra palavra que obscurece o mundo. O Gringo continua falando. Esclarece que são infinitos os usos do sangue das grávidas. Que antes o negócio não foi explorado porque era ilegal. Que pagam fortunas porque, *quando extraem o sangue, invariavelmente elas acabam abortando, pois ficam anêmicas* (Bazterrica, 2022, p. 29, grifo nosso)

Então, as violências perpetradas contra fêmeas são substancialmente terríveis, porque, conforme Adams (2018), estas são duplamente marginalizadas: primeiro, pela sua designação sexual enquanto “fêmea”, ou seja, provida de vagina e útero; em uma

definição puramente sexista, o sujeito passível de ser fertilizado, fecundado; em segundo, por ser o resultado do cruzamento de informações genéticas “aprimoradas”, o que a caracteriza como “não-humana” nesse contexto, um produto meramente passível de ser consumido plenamente, desde que reconhece-se que foi “produzida” e não “feita”, portanto, animalizada. O domínio masculino sobre essa figura é poderoso.

Não seria equivocado, logo, pontuar que a sua força de trabalho se reconhece como (re)produtiva, pois, ainda que a multiplicação das “cabeças” seja de responsabilidade do criadouro para a manutenção do sistema, não é tratada como uma prioridade exclusiva. Leva-se em consideração que uma fêmea grávida pode “contribuir” com múltiplos subprodutos derivados de uma única gravidez, como já mencionado anteriormente, como o provimento de “sangue especial”⁸ e o “leite especial”, assim como o das vacas leiteiras. Ou seja, antes mesmo do nascimento do rebento, que seria considerado o “produto final”, já há um ganho para o “criador”.

É sugerido várias vezes que uma fêmea PGP não engravida muitas vezes, afinal, as gravidezes são quase casualidades no plano geral sistemático. Como visto em Bazterrica (2022, p. 29-30, grifo nosso), “o Gringo conta que [as fêmeas grávidas] são manhosas e têm *uma vida útil curta*, estressam-se rápido e, quando já não servem, a carne é enviada para o frigorífico fornecedor de comidas rápidas, assim se lucra mais”. Logo, não é porque a “carne” é originada de uma mulher anteriormente grávida que o processo é glorificado ou valorizado pelo sistema. Pelo contrário, a carne das mulheres grávidas têm um valor muito baixo para o mercado canibal, que as direciona para a venda em redes de *fast-foods* pois não serve para os paladares refinados dos milionários fetichistas.

Compreende-se, portanto, que caso uma gravidez fosse realmente valorizada no contexto canibal, não ousariam realizar procedimentos perigosos para os bebês (ou melhor, “filhotes”, dentro dessa nomenclatura animalista) em desenvolvimento. As fêmeas PGPs não engravidam muitas vezes, portanto, para que a sua carne não perca os aspectos, ou atributos, utilizados pelos canibais para garantir a “qualidade” do verdadeiro

⁸ Não se tem o esclarecimento na narrativa sobre qual a utilização do “sangue especial”, se para consumo “gastronômico”, na dieta, ou se o sangue é direcionado indiretamente para hospitais ou bancos de sangue. Ainda que seja difícil seguir pela linha de raciocínio da segunda hipótese, pela insuperável distinção entre humanos e não-humanos, a própria narrativa apresenta cenários que evidenciam a corrupção da Argentina Canibal o suficiente para que a hipótese de desvio de sangue “não-humano” melhorado para fins médicos ou cirúrgicos não seja impossível no contexto da narrativa. Pelo contrário: é muito mais provável que esse sangue esteja sendo abertamente utilizado em cirurgias dos mais ricos do que desperdiçado em fins gastronômicos.

produto final, a carne, para os verdadeiros poderosos, os frigoríficos. Caso padecessem da mesma exploração cíclica das vacas leiteiras, os frigoríficos não conseguiriam obter “nenhum” lucro sob a sua exploração final, a carne. E o canibalismo precisa explorar essas mulheres até o fim.

São esses últimos que garantem a manutenção da ditadura canibal. Logo, caso os donos dos frigoríficos decidam que aquela carne vendida não está “apropriada” para consumo, ou melhor, para a “venda”, então o criadouro precisa arcar com as consequências da má-qualidade da carne, bem como com a perda contratual, o *feedback* negativo, o “cancelamento” comercial... Palavras que realmente assustam empresários insensíveis, burocratas gananciosos, os “pecuaristas de gente”.

Ainda que tentem dissolver ao máximo os laços identitários plenamente humanos que interligam os indivíduos chamados de “não-humanos”, os carcereiros precisam tomar medidas extremas quando se trata do consentimento não-consentido daquelas mulheres animalizadas, objetificadas e forçadas a desempenhar um controle do imaginário inexpugnável, que as escraviza. Mesmo que a narrativa reforce uma ignorância embrutecida por parte das “cabeças”, compreende-se que esse é um recurso empregado por Tejo, que representa esse narrador não-confiável, que tenta se evadir, ainda que em um nível psicológico e puramente narrativo, da responsabilidade moral sobre o que está acontecendo com aquelas mulheres exploradas.

Enquanto seguem rumo à saída, passam pelo galpão das prenhes. Algumas estão em jaulas, outras estão deitadas em mesas, sem braços nem pernas. Ele desvia o olhar. Sabe que, em muitos criadouros, inabilitam aquelas que matam os fetos batendo a barriga nas barras, deixando de comer, fazendo qualquer coisa para que o bebê não nasça e morra em um frigorífico. *Como se soubessem*, pensa (Bazterrica, 2022, p. 30, grifo nosso)

Desse modo, no ato de eximir-se da responsabilidade sobre muitas mulheres mutiladas, vítimas diretas de um sistema que as imobiliza continuamente e altera completamente a sua experiência humana, Tejo também se nega a compreensão sobre uma subjetividade inerentemente humana que as caracteriza, que independe de qualquer socialização externa ou proposital de seus “criadores”. Tal consciência se desenvolve internamente e compõe o que chamamos de humanidade. Quando Tejo reflete sobre o “como se soubessem” (Bazterrica, 2022, p. 3), ele enfatiza o seu acordo tácito e silencioso com o sistema que finge odiar, ao fingir que não compreendem.

Sendo assim, reconhecemos que o que manipula a subjetividade, tanto dos criadores, quanto de Tejo, é o controle do imaginário restritivo imposto pela cultura canibal, que determina que tais “criaturas” não merecem a mínima consideração por suas próprias subjetividades, tendo o seu destino decidido a partir de cláusulas contratuais e exigências fetichistas sobre as suas características físicas. É essa ideologia dominante que determina punições extremas, como a decisão pela amputação de braços e pernas de “cabeças fêmeas” mais resistentes. Os homens envolvidos com essa prática realmente acreditam que essas mulheres mutiladas estavam danificando a sua propriedade privada a um nível “subconsciente”... Como se fossem “apenas” sencientes, como os cachorros, e não seres humanos plenamente desenvolvidos mentalmente, com sentimentos e raciocínio lógico, principalmente as PGP, que são mulheres adultas que se desenvolveram “devagar”, ou seja, a um ritmo de desenvolvimento humano normal.

Frequentemente é referenciado na narrativa como as “cabeças” não possuem cordas vocais, o que as força a adotar um outro tipo de comunicação, mais rudimentar e física, como uma proposta mais germinal de linguagem de sinais. Tal linguagem elementar adotada por eles é puramente gestual. Entretanto, como não permanecem próximos (ou vivos) por tempo o suficiente para desenvolver a língua, a comunicação não obtém a sofisticação adquirida a partir do hábito. Porém, de alguma forma, essas mulheres conseguiram se comunicar o suficiente para alertar umas às outras sobre os seus trágicos destinos. Elas compreendem que aquela gravidez é perigosa e optam por finalizá-la o mais rápido possível.

No entanto, o sistema canibal é rápido para puni-las. A condenação das mulheres animalizadas a uma vida curta, confinadas a um catre e reduzidas à função reprodutiva, constitui um dos principais mecanismos de violência representados pela narrativa. Interpretado à luz da biopolítica e das críticas feministas à administração da reprodução, esse procedimento alegórico permite estabelecer um diálogo com sociedades nas quais a autonomia reprodutiva é limitada por dispositivos jurídicos, políticos ou religiosos, convertendo a capacidade de gestar em fundamento para práticas de controle e punição. Ainda que aquela gravidez pudesse vir a ser interrompida após a extração de “sangue especial” no dia seguinte, a mulher ainda seria punida por ter descartado um produto antes do seu “produtor real”, o proprietário do frigorífico, escolher destruí-lo. A mulher animalizada não detém nenhum poder sobre aquela matéria, o seu “filho”, que

corresponde a uma propriedade imaterial de quem a “financiou”, o homem “dono” da “carne”.

Entretanto, como foi defendido até aqui, as distinções linguísticas construídas nessa sociedade são inexpugnáveis. Quando o Gringo a entrega para Marcos, ele deve comê-la, literalmente. Não é nenhuma metáfora sexual, ainda que exista um fetichismo por trás de consumir a carne de uma “mulher bonita”, como Marcos descreve Jazmín. Marcos, contudo, sofre de uma falta: ele deseja um filho. Um filho que a esposa dele nunca foi capaz de o dar, mas que uma não-humana geneticamente modificada seria capaz de (re)produzir, pois ela foi “produzida” para isso, para (re)produzir bebês.

Desse modo, a manipulação promovida por Marcos é imprescindível para o desenvolvimento da narrativa, tendo em vista que Marcos se comporta como se desprezasse a conjuntura canibal em que vive, até que ela passa a lhe servir de maneira irrefutável. Podemos observar as estruturas patriarcais funcionando no processo de aquisição de Jazmín por Marcos: o Gringo a “deu” para ele, depois de temer retaliações por parte do sr. Urami, o proprietário do frigorífico. Marcos, representando-o como “braço direito”, adquire valor nessa sociedade canibal, que é vitalmente patriarcal. Jazmín, ainda que não-humana, ainda é uma mulher. O Gringo desempenha o papel paternal de entrega-la ao seu próximo proprietário, o seu “marido”. Marcos possui apenas um papel: consumi-la.

Desse modo, apontamos que o relacionamento de Marcos e Jazmín é mantido sob um desequilíbrio de poder que é determinante para a sua continuidade; tal desequilíbrio é gerido por Marcos como uma forma de assegurar o seu poder sobre a força (re)produtiva de Jazmín. Ao reduzi-la a um produto, Marcos também considera que tudo o que Jazmín (re)produz é seu por direito. Logo, com o nascimento da criança, Marcos se apropria da força (re)produtiva de Jazmín, condenando-a à morte como a um animal.

É relevante ressaltar que a decisão pela morte de Jazmín após o nascimento do bebê tem uma característica singular, que seria diferente caso fosse uma menina a nascer: Marcos só se sente completo porque tem um “filho” novamente. A este filho Marcos pode defender como um ser humano pleno. Para Marcos, a menina é progressivamente inscrita na categoria do “não-humano”, uma vez que sua condição feminina passa a justificar sua redução a um corpo destinado à reprodução e ao consumo.

Considerações Finais

Em *Saboroso Cadáver* (2022), Agustina Bazterrica constrói, por meio de uma complexa alegoria da administração dos corpos, uma reflexão sobre os mecanismos de controle da reprodução e da autonomia corporal. Embora a narrativa não estabeleça referência direta a contextos políticos específicos, os procedimentos ficcionais que regulam e instrumentalizam a capacidade reprodutiva permitem estabelecer um diálogo com debates contemporâneos acerca dos direitos reprodutivos. À luz das discussões sobre biopolítica e das contribuições dos estudos feministas, essa representação evidencia como a capacidade de gestar pode ser convertida em fundamento para práticas de exclusão, objetificação e controle, afetando pessoas com útero independentemente de suas identidades de gênero.

Ao longo do trabalho, foi apresentado como se constrói a linha de raciocínio da ditadura canibal, uma complexa alegoria para o capitalismo tardio, e como mulheres são exploradas nessa conjuntura: as mulheres são engravidadas artificialmente com espermatozoides aprimorados, seja para desenvolver um produto de qualidade “superior”, seja para reproduzir uma criança por desejos meramente unilaterais. Na narrativa, durante a gravidez, realizam experimentos arriscados para a continuidade da mesma, chegando a retirar o sangue da “fêmea”, sem se importar com um possível aborto, assim como lhe extraem o leite dia após dia, como a um animal que serve apenas aos propósitos produtivos que o regem.

No caso, não há nenhuma reflexão anterior ao ato de interromper uma gravidez nesse contexto canibal. Em caso de aborto, a mulher volta para o início do processo: está disponível para engravidar novamente. Isso porque uma gravidez demanda tempo para se desenvolver e uma mulher grávida pode produzir muito mais para o seu “proprietário”, o homem que está por trás de tal ato, nesses nove meses, até o nascimento do rebento, do que um bebê poderá oferecer de retorno até que possa ele mesmo engravidar, o que demandaria muitos anos. Ao invés de esperar pelo amadurecimento do novo trabalhador em desenvolvimento, o sistema precisa capitalizar a força da trabalhadora de todas as formas antes que esse dia hipotético venha a acontecer.

Dessa forma, apontamos que as mulheres são as principais vítimas do regime canibal pois (re)produzem inúmeros subprodutos, desde sangue até outros não-humanos, que são consumidos, e são elas mesmas consideradas produtos, mas tão subalternizados que são tratadas como carne inferior depois dos ciclos de gravidez. Essa alegoria é melhor percebida no relacionamento de Marcos Tejo e Jazmín, no qual Marcos manipula a

narrativa para que o leitor confie em sua moral irretocável e idônea, principalmente por se apropriar do arquétipo paternal trágico, que lhe confere tons de melancolia e saudade ao falar do filho que morreu.

Referências

- ADAMS, Carol J. *A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana*. São Paulo: Editora Alaupe, 2018.
- BAZTERRICA, Agustina. *Saboroso Cadáver*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2022.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BROWN, Jennifer. *Cannibalism in Literature and Film*. London/New York. Palgrave MacMilliam, 2013.
- HANSEN, João Adolfo. *Alegoria, Construção e Interpretação da Metáfora*. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- IANCONELLI, Vera. *Manifesto antimaternalista: psicanálise e política de reprodução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- MARX, Karl. *O capital: livro I*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.